



Prova Escrita Objetiva – Nível Médio completo

TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

Tipo 2 – VERDE



SUA PROVA

Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de texto definitivo destinada à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da redação
- o **tempo mínimo de permanência** do candidato em sala, após o início da prova, deve ser de **2 horas e 30 minutos**
- **30 minutos** antes do término da prova será permitido ao candidato **levar o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova de redação é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na folha de respostas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Língua Portuguesa

Texto 1

A contracapa de um livro de suspense – *Em águas sombrias* – informa aos possíveis leitores:

“Uma mãe solteira aparece morta no rio que atravessa a cidade. Pouco tempo antes, uma adolescente vulnerável teve o mesmo destino. Embora não sejam as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras, suas mortes causam uma perturbação no rio e em sua história, dragando dele segredos há muito submersos. (...) um novo e viciante suspense psicológico em que a verdade é escorregadia e pode afogar as pessoas em seus próprios mistérios”.

1

No texto 1, a motivação maior para a compra do livro é:

- (A) a curiosidade pelos esclarecimentos dos mistérios antecipados;
- (B) a atração pela violência gratuita contra mulheres, comum em nossa sociedade;
- (C) a discussão sobre os processos de investigação a respeito de crimes misteriosos;
- (D) o esclarecimento sobre os antigos segredos submersos no rio citado;
- (E) o debate sobre a verdade e a mentira nas investigações criminais.

2

“Uma mãe solteira aparece morta no rio que atravessa a cidade. Pouco tempo antes, uma adolescente vulnerável teve o mesmo destino. Embora não sejam as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras, suas mortes causam uma perturbação no rio e em sua história, dragando dele segredos há muito submersos. (...) um novo e viciante suspense psicológico em que a verdade é escorregadia e pode afogar as pessoas em seus próprios mistérios”.

No texto 1 há um conjunto de palavras que se refere a elementos anteriores do mesmo texto. O caso abaixo em que a palavra sublinhada se refere a toda uma oração é:

- (A) que;
- (B) o mesmo;
- (C) suas;
- (D) sua;
- (E) dele.

3

Embora não sejam as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras é uma oração que poderia ser reescrita em forma reduzida de infinitivo e mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

- (A) Apesar de não serem as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras.
- (B) Mesmo não sendo as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras.
- (C) Por não serem as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras.
- (D) Não sendo, portanto, as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras.
- (E) A fim de não serem as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras.

4

No texto 1 há um jogo de palavras de sentido figurado em torno da ideia de “água”.

O segmento que NÃO confirma essa intenção é:

- (A) *Uma mãe solteira aparece morta no rio que atravessa a cidade.*
- (B) *Embora não sejam as primeiras mulheres perdidas para estas águas escuras....*
- (C) *...a verdade é escorregadia...*
- (D) *...e pode afogar as pessoas em seus próprios mistérios.*
- (E) *...dragando dele segredos há muito submersos.*

5

O texto 1 fala de uma *adolescente vulnerável*; o adjetivo *vulnerável* significa “sujeito a ser atacado” (Houaiss, 1961).

O adjetivo abaixo, formado com o mesmo sufixo, que tem seu valor semântico indicado corretamente é:

- (A) tinta *indelével* – que não mancha;
- (B) realidade *tangível* – que pode ser modificada;
- (C) pessoa *irascível* – que se irrita com facilidade;
- (D) desempenho *sofrível* – que se apoia no sofrimento;
- (E) depoimento *irretocável* – que pode ser tocado.

6

No número 18, ano V da revista *Scientific American Brasil*, o sumário dos artigos anuncia:

Por que precisamos da internet de alta velocidade

Banda larga rápida permitirá que professores e alunos tenham acesso a tecnologias digitais modernas.

O segmento que aparece após o título em negrito funciona textualmente como:

- (A) confirmação da ideia apresentada anteriormente;
- (B) resposta a uma pergunta presente no título;
- (C) detalhamento da informação antes prestada;
- (D) retificação de uma ideia pouco clara no texto anterior;
- (E) argumento contra a tese defendida pelo autor do texto.

7

Uma campanha educacional tem como slogan: *A educação é um caminho para proteger a vida.*

A forma de oração reduzida *para proteger a vida* pode ser nominalizada da seguinte forma:

- (A) A fim de proteger a vida.
- (B) Para dar proteção à vida.
- (C) A fim de a vida ser protegida.
- (D) Para a proteção da vida.
- (E) Para proteger-se a vida.

8

...a base de um mundo mais próspero e saudável.

A conjunção E realiza a adição dos dois adjetivos ao final dessa frase; o pensamento abaixo em que essa mesma conjunção mostra um valor diferente é:

- (A) *Quem tem razão ri E não se encoleriza.*
- (B) *As pessoas dizem que o bom é a vida, E eu prefiro a leitura.*
- (C) *Somos o que não parecemos E parecemos o que não somos.*
- (D) *Somente Deus E eu somos capazes de fazer algo a partir do nada.*
- (E) *A ignorância tem asas de águia E olhos de coruja.*

9

No número 18, ano V, da revista *Scientific American Brasil* aparece o seguinte resumo de um artigo:

Sociedade conduzida por dados

Os rastros digitais que deixamos diariamente são mais reveladores que imaginamos. Isso pode se tornar tanto um pesadelo para a privacidade quanto a base de um mundo mais próspero e saudável.

A expressão *tanto... quanto* repete o mesmo valor semântico no seguinte texto:

- (A) Os paulistas trabalham tanto quanto os cariocas.
- (B) Tanto quanto os jovens, os idosos enfrentam problemas.
- (C) Choveu tanto no Rio quanto em São Paulo.
- (D) As chuvas causaram tanto prejuízo quanto o causado pelo sol do último verão.
- (E) Os prisioneiros engordaram tanto quanto os policiais.

10

Uma manchete jornalística de 1 de julho dizia o seguinte: “Planos de saúde perdem clientes, mas lucro sobe 66%”.

Infere-se dessa informação que:

- (A) os planos de saúde contam com gestão fraudulenta;
- (B) a crise econômica traz prejuízos aos planos de saúde;
- (C) a classe médica está recebendo melhores salários;
- (D) os custos dos planos de saúde devem ter aumentado;
- (E) a perda de clientes deve ter sido mínima.

11

Abaixo estão cinco manchetes jornalísticas; aquela que representa a imparcialidade desse tipo de texto é:

- (A) Vergonha: cinco vítimas de balas perdidas!
- (B) Governadores e senadores acusados de corrupção.
- (C) Corrupção na polícia mostra tragédia carioca.
- (D) Fraco desempenho de times paranaenses no Brasileirão.
- (E) Crise traz abandono de restaurantes famosos.

12

Um cardápio de restaurante italiano dizia a seguinte frase: “Uma pesquisa aponta que o vinho é bom para o coração; posso confirmar, porque depois de algumas taças eu amo todo mundo!”

Nesse caso, o humor da frase advém do(da):

- (A) exagero contido na afirmação “eu amo todo mundo!”;
- (B) informação enganosa de que o álcool possa trazer benefícios;
- (C) confirmação da pesquisa feita por um bêbado;
- (D) absurdo comprovado por uma pesquisa séria;
- (E) polissemia da expressão “bom para o coração”.

Texto 2

Na entrevista de um jornal mineiro apareciam os depoimentos de dois jovens:

Jovem 1 – *Uma luta de boxe é muito mais chocante quando a gente está presente no ginásio. Nós vemos os golpes e é divertido ver um deles cair à sua frente. Na TV não tem emoção.*

Jovem 2 – *Numa luta de boxe, as câmeras filmam todos os detalhes. Quando um dos lutadores é ferido, o sangue é mostrado na nossa cara. É impressionante. Ver a luta de perto não é a mesma coisa, os espectadores não veem nada.*

13

No texto 2, o motivo de desacordo entre os jovens entrevistados é:

- (A) a presença do público como fator produtor de emoção;
- (B) o incentivo à violência provocado pela transmissão pela TV;
- (C) o maior ou menor distanciamento nas duas possibilidades de assistência a uma luta;
- (D) a diversão – ou não – provocada pelas lutas de boxe;
- (E) a ausência de público nas lutas transmitidas pela TV, o que provoca pouca emoção.

14

No texto 2, ambas as respostas dos jovens apresentam opiniões como argumento; o segmento que NÃO se inclui entre os opinativos é:

- (A) *Uma luta de boxe é muito mais chocante...*
- (B) *...é divertido ver um deles cair à sua frente.*
- (C) *Na TV não tem emoção.*
- (D) *Quando um dos lutadores é ferido, o sangue é mostrado na nossa cara.*
- (E) *Ver a luta de perto não é a mesma coisa.*

15

No texto 2, a presença de traços da linguagem coloquial é visível nos depoimentos; a frase que mostra variante formal é:

- (A) *Uma luta de boxe é muito mais chocante...*
- (B) *...quando a gente está presente no ginásio.*
- (C) *...é divertido ver um deles cair à sua frente.*
- (D) *Na TV não tem emoção.*
- (E) *O sangue é mostrado na nossa cara.*

Texto 3

Um artigo da revista *Domingo* dizia o seguinte:

Acusam a TV de ser responsável pela violência. É preciso debater essa questão. A TV não inventou a violência. Em todas as épocas, houve assassinatos, roubos e vítimas. Durante a Ditadura Militar a vida era mais violenta que hoje. No romance Os Três Mosqueteiros as lutas e as mortes são frequentes e, no entanto, não criticam a literatura por sua violência. Finalmente, países onde os televisores são em pequeno número, como na Índia ou no Zaire, também há guerras... Logo, não podem acusar a TV de ser responsável por tudo.

16

Sobre a argumentatividade do texto 3, é correto afirmar que:

- (A) as formas verbais “acusam”, “criticam” e “podem” se referem a pessoas que não devem ser identificadas pelo autor do artigo;
- (B) o primeiro período do texto funciona como um pensamento que será contestado pelo desenvolvimento a seguir;
- (C) o segundo período do texto indica que seu autor é possuidor de uma certeza sobre o tema;
- (D) os argumentos apresentados pelo autor do texto são redundantes, já que repetem o mesmo tema;
- (E) os argumentos presentes no texto apelam para a emoção do leitor, sobretudo para sua percepção estética.

17

O autor do texto 3 declara que, apesar de a literatura conter cenas de violência, ninguém a acusa de ser responsável pela violência.

Nesse caso, a argumentação se apoia numa:

- (A) analogia;
- (B) inferência;
- (C) redundância;
- (D) metáfora;
- (E) metonímia.

18

Finalmente, países onde os televisores são em pequeno número, como na Índia ou no Zaire, também há guerras...

Deduz-se desse segmento do texto 3 que:

- (A) Se nesses países houvesse maior número de televisores, as guerras seriam em maior número.
- (B) Se nos países citados não houvesse televisão também não haveria guerras.
- (C) As guerras que ocorrem nesses países são fruto do exemplo de violência divulgado pela TV.
- (D) Se há guerras, apesar do pequeno número de televisores, é porque não há relação de causa e consequência nesse caso.
- (E) A violência não se relaciona ao número de televisores, mas sim ao tipo de programação veiculada pela TV.

19

A frase de César Augusto – *Apressa-te devagar* – traz um exemplo de linguagem figurada que se repete em:

- (A) *Quem não gosta de estar consigo mesmo em geral está certo.*
- (B) *É muito difícil distinguir entre um homem de gênio e um louco.*
- (C) *Amor é ferida que dói e não se sente.*
- (D) *O mundo não será salvo pelos caridosos, mas pelos eficientes.*
- (E) *É preferível conhecer coisas inúteis que não saber nada.*

20

Diante de um questionamento de um professor, um aluno declara: “Eu prefiro um livro do que uma história em quadrinhos. Quando contamos uma história com palavras, podemos dar mais detalhes. Se um escritor quisesse descrever alguém que morre de vontade de comer um omelete, ele escreveria: ‘Ele estava sentado, ele se mexia, se mexia, ele morria de vontade de comer’. Numa tira de quadrinhos, veríamos esse personagem curvado sobre um prato de omelete. Seria pouco atraente”.

Nesse segmento do texto há um problema de norma culta; o segmento em que se mostra um erro gramatical é:

- (A) *Eu prefiro um livro do que uma história em quadrinhos.*
- (B) *Quando contamos uma história com palavras, podemos dar mais detalhes.*
- (C) *Se um escritor quisesse descrever alguém...*
- (D) *Ele estava sentado, ele se mexia, se mexia...*
- (E) *...ele morria de vontade de comer.*

Raciocínio Lógico

21

Todas as pessoas que conhecem os irmãos Bernardo e Bianca gostam de Bianca. Entretanto, algumas pessoas que conhecem Bianca não gostam dela.

É correto concluir que:

- (A) todos os que conhecem Bianca gostam dela;
- (B) ninguém gosta de Bianca;
- (C) alguns que conhecem Bianca não conhecem Bernardo;
- (D) quem conhece Bernardo gosta de Bianca;
- (E) só quem conhece Bernardo e Bianca conhece Bianca.

22

Um funcionário do tribunal dividiu os 80 processos que necessitavam de revisão entre sete advogados. Seis deles receberam a mesma quantidade de processos para rever e o último advogado, o mais jovem deles, recebeu um número menor de processos do que cada um dos outros, porém maior que 5.

O número de processos que o advogado mais jovem recebeu foi:

- (A) 7;
- (B) 8;
- (C) 9;
- (D) 10;
- (E) 11.

23

Os advogados Miguel e Lucas conversam sobre determinado processo que vão receber.

- Miguel: Se esse processo é de “danos morais” então tem 100 páginas ou mais.
- Lucas: Não é verdade.

O que Lucas disse é logicamente equivalente a:

- (A) esse processo não é de danos morais e tem 100 páginas ou mais;
- (B) esse processo não é de danos morais ou tem menos de 100 páginas;
- (C) se esse processo não é de danos morais então tem 100 páginas ou mais;
- (D) se esse processo é de danos morais então tem 100 páginas ou menos;
- (E) esse processo é de danos morais e tem menos de 100 páginas.

24

Considere verdadeiras as afirmações:

- Todos os artistas são pessoas interessantes.
- Nenhuma pessoa interessante sabe dirigir.

É correto concluir que:

- (A) todas as pessoas interessantes são artistas;
- (B) algum artista sabe dirigir;
- (C) quem não é interessante sabe dirigir;
- (D) toda pessoa que não sabe dirigir é artista;
- (E) nenhum artista sabe dirigir.

25

A nova sala de arquivos de um tribunal possui 9 arquivos numerados de 1 a 9. Cada arquivo possui 6 gavetas numeradas de 1 a 6 e cada gaveta possui 12 pastas numeradas de 01 a 12. Cada pasta é designada por um número de quatro dígitos formado pelo número do arquivo, seguido do número da gaveta e do número da pasta dessa gaveta. Por exemplo, o código 3407 indica a 7ª pasta da 4ª gaveta do 3º arquivo. Cada processo é colocado em uma pasta e cada pasta contém, no máximo, um processo. Os processos são arquivados em ordem de chegada, ou seja, o mais antigo ocupa a pasta 1101, o seguinte, a pasta 1102, e assim por diante. Terminada a primeira gaveta inicia-se a segunda gaveta e o processo de arquivamento continua da mesma forma. Quando o primeiro arquivo estiver cheio, tudo se repete no segundo arquivo e, depois, nos demais. O último processo arquivado ocupou a pasta 5604.

O número de processos que são posteriores ao da pasta 2310 e anteriores ao da pasta 5604 é:

- (A) 245;
- (B) 247;
- (C) 249;
- (D) 251;
- (E) 253.

26

Em um tribunal os processos possuem capas totalmente de cor cinza ou totalmente de cor azul.

Sabe-se também que:

Os processos de capa cinza não vão para o arquivo.

É correto concluir que:

- (A) todo processo de capa azul vai para o arquivo;
- (B) todo processo que vai para o arquivo tem capa azul;
- (C) a capa de um processo que não é arquivado é certamente cinza;
- (D) alguns processos que são arquivados têm capa cinza;
- (E) nenhum processo de capa azul vai para o arquivo.

27

Alguns consideram que a cidade de Florianópolis foi fundada no dia 23 de março de 1726, que caiu em um sábado. Após 90 dias, no dia 21 de junho, a data assinalou o início do inverno, quando a noite é a mais longa do ano.

Esse dia caiu em uma:

- (A) segunda-feira;
- (B) terça-feira;
- (C) quarta-feira;
- (D) quinta-feira;
- (E) sexta-feira.

28

Davi, João, Pedro, Artur e Gabriel são amigos, possuem idades diferentes e vão fazer uma fila em ordem crescente das idades. Sabe-se que:

- Davi é mais jovem que Gabriel e que Pedro, mas não é o mais jovem de todos.
- Gabriel é mais velho que Pedro, mas não é o mais velho de todos.
- Artur é mais jovem que Pedro.

É correto concluir que:

- (A) Artur está no segundo lugar da fila;
- (B) Davi está no terceiro lugar da fila;
- (C) Pedro está no quarto lugar da fila;
- (D) Gabriel está no terceiro lugar da fila;
- (E) João está no último lugar da fila.

29

O salão principal do tribunal está preparado para um evento comemorativo e diversas pessoas foram convidadas a comparecer. Na porta do salão está um funcionário que recebeu instruções sobre as pessoas que podem entrar e uma delas foi:

“Se tiver carteira de advogado pode entrar.”

É correto concluir que:

- (A) se João entrou então tem carteira de advogado;
- (B) quem não tem carteira de advogado não pode entrar;
- (C) se Pedro não pode entrar então não tem carteira de advogado;
- (D) quem é advogado, mas não tem carteira, pode entrar;
- (E) todos os que entraram são advogados.

30

No mês de julho deste ano, em Florianópolis, o sol se pôs no dia 2 às 17h31min e nasceu no dia seguinte às 07h05min.

A duração dessa noite foi de:

- (A) 10h26min;
- (B) 12h34min;
- (C) 12h36min;
- (D) 13h34min;
- (E) 14h26min.

Noções de Direito do Trabalho**31**

Os irmãos Jairo e Júlio trabalham na mesma empresa em Caçador (SC). Jairo cumpre jornada de 2ª a 6ª feira das 15:00 às 19:00 horas, ao passo que Júlio labuta de 2ª a 6ª feira das 9:00 às 16:00 horas.

Sobre o intervalo *intrajornada* previsto na CLT para a hipótese retratada, é correto afirmar que:

- (A) é o contrato de trabalho que definirá se existirá, ou não, intervalo para refeição e descanso;
- (B) Jairo não terá intervalo para refeição e Júlio, intervalo de no mínimo 1 hora;
- (C) os irmãos terão direito a 15 minutos de pausa alimentar cada um;
- (D) ambos não terão intervalo para refeição porque a jornada é inferior a 8 horas diárias;
- (E) é garantida a pausa de no mínimo 1 hora e no máximo 2 horas para a alimentação de Jairo e Júlio.

32

Claudio trabalha como barman em um restaurante de Criciúma (SC), durante 5 dias na semana, sempre no horário de 19:00 às 2:00 horas com pausa alimentar regular.

Considerando esse horário e os termos da CLT, é correto afirmar que:

- (A) Claudio terá direito a horas extras e adicional de periculosidade porque manuseia álcool, que é inflamável;
- (B) será devido adicional noturno em toda a jornada cumprida;
- (C) o empregado receberá horas extras e adicional noturno;
- (D) pagar-se-á adicional noturno sobre a jornada de 22:00 às 2:00 horas;
- (E) não há direito a horas extras nem adicional noturno.

33

Conceição completou o seu período aquisitivo de férias junto ao empregador GAMA Ltda. e agora aguarda a marcação de suas férias. Conceição tem um filho de 16 anos que é estudante do ensino médio.

Diante dos termos da CLT, é correto afirmar que:

- (A) o empregador é quem marcará o mês de férias, dentro do período concessivo, como achar mais adequado;
- (B) por ter filho menor de 18 anos, a empregada tem o direito de tirar as férias juntamente com as férias escolares do menor;
- (C) é o empregado quem define o aproveitamento das férias no período que melhor lhe aprouver;
- (D) a maternidade é uma das causas que impede a conversão de 1/3 das férias em dinheiro;
- (E) por ser mãe, Conceição poderá fracionar as férias em 2 períodos.

34

Um caso de interrupção e um caso de suspensão do contrato de trabalho são, respectivamente:

- (A) prestação de serviço militar e falta injustificada;
- (B) greve e aposentadoria por invalidez;
- (C) férias e auxílio-doença;
- (D) repouso semanal remunerado e falta justificada;
- (E) prisão cautelar do empregado e feriados.

35

Para que alguém seja considerado empregado na forma prevista na CLT, NÃO é necessário o seguinte requisito:

- (A) exclusividade;
- (B) subordinação;
- (C) pessoalidade;
- (D) onerosidade;
- (E) não eventualidade.

36

Gilda pretende contratar uma babá para tomar conta de sua filha. De acordo com a Lei de Regência, a idade mínima para que alguém seja contratado como empregado doméstico é de:

- (A) 14 anos;
- (B) 16 anos;
- (C) 18 anos;
- (D) 20 anos;
- (E) 21 anos.

37

Dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal de 1988, aquele que até o presente momento NÃO foi regulamentado é:

- (A) participação nos lucros ou resultados;
- (B) aviso prévio proporcional ao tempo de serviço;
- (C) repouso semanal remunerado;
- (D) adicional para atividade penosa;
- (E) fundo de garantia por tempo de serviço.

Noções de Direito Processual do Trabalho

38

João Carlos, empregado de uma empresa construtora, sofreu acidente de trabalho enquanto prestava serviços, como pedreiro, em um dos canteiros de obra de sua empregadora. Em razão do sinistro, foi submetido a diversas cirurgias, sem qualquer ajuda financeira da empresa, vindo em seguida a falecer. O empregado deixou viúva e 4 filhos menores, que agora pretendem ajuizar ação de reparação.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) considerando que o sinistro envolveu questão de meio ambiente do Trabalho e potencial crime praticado pelo ex-empregador, a ação será movida na Justiça Federal comum;
- (B) a Justiça do Trabalho é a competente para julgar a ação de indenização por danos morais e materiais, decorrentes do acidente de trabalho, movida pelos dependentes do finado;
- (C) as intituladas vítimas poderão escolher entre o ajuizamento da ação indenizatória na Justiça do Trabalho ou na Justiça Estadual;
- (D) uma vez que o trabalhador já é falecido, cessando a relação de emprego, caberá à Justiça comum o julgamento do pedido de indenização pelo dano em ricochete;
- (E) a indenização por dano material será reivindicada pelos dependentes na Justiça do Trabalho e a por dano moral, na Justiça Estadual.

39

Margarida compareceu a uma audiência para ser ouvida como testemunha da reclamante, mas foi contraditada pela empresa ao argumento de que possuía ação em curso contra a reclamada, o que foi confirmado por Margarida.

À luz da jurisprudência uniforme do TST, é correto afirmar que:

- (A) Margarida não tem a necessária isenção neste caso porque está em litígio contra a empresa, pelo que a contradita deverá ser aceita;
- (B) qualquer pessoa pode ser ouvida como testemunha, pois não há óbice legal nem condições especiais a serem cumpridas;
- (C) somente se Margarida estiver postulando no seu processo os mesmos pedidos que a reclamante é que não poderá ser ouvida como testemunha;
- (D) o fato de estar litigando contra a empresa não torna Margarida impedida nem suspeita de depor como testemunha;
- (E) o juiz deve acolher a contradita se Margarida estiver sendo assistida na sua ação pelo mesmo advogado que dá assessoria à autora do caso em que irá depor.

40

Osvaldo ajuizou uma reclamação trabalhista em face do seu empregador. No dia designado para a realização da audiência, compareceu no horário marcado juntamente com o seu advogado, identificando de imediato o titular da empresa com o seu respectivo advogado no local. Ao chegarem na sala de audiência, verificaram que o juiz ainda não havia chegado, o que perdurou mais de quinze minutos, sem que fosse apresentada qualquer justificativa.

De acordo com a CLT, é correto afirmar que:

- (A) os litigantes devem aguardar o prazo legal de 60 minutos antes de se retirarem;
- (B) a audiência deve ser iniciada com o Diretor de Secretaria presidindo os trabalhos;
- (C) o réu não pode ir embora, sob pena de provocar um adiamento e atentar contra a celeridade do processo;
- (D) o juiz tem o poder de comando e controle nas audiências, razão pela qual as partes precisam aguardar o tempo que for necessário;
- (E) as partes podem se retirar, devendo constar o ocorrido no livro de registro das audiências.

41

Amauri é advogado em um processo eletrônico em trâmite na Justiça do Trabalho. Em razão de diversos compromissos, somente pôde enviar a petição eletrônica de um recurso às 23:00 horas do último dia do prazo legal.

Considerando que o expediente no fórum trabalhista se encerra às 17:00 horas, é correto afirmar, à luz da legislação de regência, que:

- (A) é intempestivo o recurso, porque apresentado após o horário final de expediente forense;
- (B) para que o recurso seja considerado tempestivo, Amauri deverá comprovar documentalmente a impossibilidade do envio da peça no horário normal de expediente;
- (C) a petição eletrônica será considerada tempestiva, já que transmitida até as 24 horas do último dia do prazo;
- (D) se nos processos físicos o recurso deveria ser apresentado junto ao protocolo, no horário forense, o recurso deve aplicar-se aos autos eletrônicos, estando a peça irregular;
- (E) desde que protocolizada até as 23:30 horas do último dia de prazo, a petição é considerada tempestiva, como foi a hipótese.

42

Haroldo tomou ciência de que o sindicato representante de sua categoria profissional celebrou convenção coletiva de trabalho contendo cláusulas ilegais, em grave prejuízo aos trabalhadores atingidos.

De acordo com a Lei, é correto afirmar que:

- (A) Haroldo tem legitimidade para propor, em nome próprio, ação visando anular as cláusulas que entende ilegais;
- (B) o Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para ajuizamento da ação anulatória dessas cláusulas coletivas;
- (C) nada pode ser feito, pois a convenção coletiva é fruto de consenso, deliberação e votação da classe trabalhadora, que tem poder de dizer coletivamente o que deseja;
- (D) diante do princípio do conglobamento, a convenção coletiva é indivisível, razão pela qual a medida judicial que a ataque, se bem sucedida, gerará a nulidade de toda a convenção coletiva;
- (E) cabe ajuizamento de ação rescisória visando desconstituir a convenção coletiva de trabalho nos pontos reputados ilegais.

43

Marcio atua como advogado em uma reclamação trabalhista ajuizada por Marialda em face de sua ex-empregadora. Durante o transcurso do processo, Marcio foi notificado pelo juízo em um sábado, com concessão de prazo para manifestar-se sobre documentos juntados pela empresa.

Considerando ser feriado na segunda-feira, é correto afirmar, à luz da legislação trabalhista e da jurisprudência uniforme do TST, que:

- (A) o início do prazo se dará no sábado e o início da contagem, na segunda-feira;
- (B) tanto o início do prazo quanto o da contagem se darão na terça-feira;
- (C) o início do prazo se dará na segunda-feira e o início da contagem, na terça-feira;
- (D) tanto o início do prazo quanto o da contagem se darão na quarta-feira;
- (E) o início do prazo se dará na terça-feira e o início da contagem, na quarta-feira.

44

Carolina foi contratada em Florianópolis pela empresa Empreendimentos S.A., que promove suas atividades em diversas cidades do território nacional, organizando eventos corporativos. Depois de três anos de prestação de serviços, Carolina foi dispensada sem pagamento de suas verbas resilitórias.

Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação trabalhista, que:

- (A) a demanda trabalhista deve ser proposta apenas em Florianópolis, local da contratação;
- (B) a lei preconiza que Carolina pode ajuizar ação trabalhista no local que lhe for mais conveniente para dar-lhe acesso à justiça;
- (C) a reclamação trabalhista deverá ser dividida em tantos quantos forem os locais da prestação de serviços, e cada qual terá a sua fração de competência temporal;
- (D) a ação trabalhista pode ser ajuizada no foro da celebração do contrato ou no da prestação dos respectivos serviços;
- (E) Carolina precisa ajuizar ação na localidade em que, majoritariamente, tenha prestado o seu serviço.

Noções de Direito Constitucional

45

O único vizinho de Antônio tinha o hábito de escutar música todos os dias, em volume elevado, até o início da madrugada.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, para solucionar o problema, Antônio:

- (A) deve procurar a Advocacia-Geral da União, de modo que o problema seja resolvido em caráter nacional;
- (B) caso seja hipossuficiente, deve procurar a Defensoria Pública, pois a questão envolve um interesse individual;
- (C) deve procurar uma associação constituída há pelo menos 1 (um) ano, que poderá defender a sua cidadania;
- (D) deve procurar o Ministério Público, pois a poluição sonora afronta o meio ambiente;
- (E) deve procurar a Procuradoria Geral do Município, responsável pela resolução dos problemas locais.

46

Geraldo, servidor da Justiça do Trabalho, após cumprir os requisitos exigidos para a aposentadoria voluntária, ingressou com o pedido no setor competente e foi informado que, constatado o preenchimento dos requisitos exigidos, o seu pedido seria deferido e publicado no diário oficial.

À luz da sistemática constitucional, o deferimento da aposentadoria:

- (A) configura ato jurídico perfeito, insuscetível de análise administrativa por qualquer outro órgão;
- (B) deve ser registrado perante o Tribunal de Contas, que pode, de modo fundamentado, negar-se a promover o registro;
- (C) irá adquirir plena eficácia caso seja apreciado e aprovado pela Justiça Federal;
- (D) deve ser objeto de registro perante o Tribunal de Contas, que está obrigado a realizar o registro;
- (E) deve ser meramente arquivado, não sendo objeto de análise ou registro pelo Tribunal de Contas.

47

Décio, inconformado com decisão proferida, em instância recursal, pelo Tribunal Superior do Trabalho, a qual, no seu entender, além de injusta, afrontava diretamente a ordem constitucional, solicitou ao seu advogado que interpusesse o recurso cabível. O seu desejo era que a causa fosse examinada em outra instância do Poder Judiciário.

O único recurso que poderia ajustar-se à narrativa acima, caso preenchidos os demais requisitos exigidos pela ordem jurídica, é:

- (A) recurso extraordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (B) recurso especial endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (C) recurso ordinário endereçado ao Supremo Tribunal Federal;
- (D) recurso de revista endereçado ao Superior Tribunal de Justiça;
- (E) reclamação constitucional endereçada ao Conselho Nacional de Justiça.

48

Certo profissional da área jurídica foi questionado sobre as características do processo e do julgamento do Presidente da República pela prática de crimes de responsabilidade. Em resposta, afirmou que a instauração do processo deve ser autorizada pela Câmara dos Deputados, o processamento e o julgamento ficam a cargo do Senado Federal, bem como que a perda da função é decidida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

À luz da sistemática constitucional, essa resposta é:

- (A) totalmente incorreta, pois todas as questões envolvendo o julgamento por crimes de responsabilidade devem ser decididas pelas duas Casas Legislativas em conjunto;
- (B) parcialmente correta, pois a instauração do processo deve ser autorizada pelo Senado Federal e o julgamento fica a cargo da Câmara dos Deputados;
- (C) totalmente correta, pois a separação entre as funções estatais exige que cada fase do processo de responsabilização seja dividida entre poderes distintos;
- (D) parcialmente correta, pois a decisão a respeito da perda da função fica a cargo do Senado Federal, que a proferirá quando do julgamento;
- (E) parcialmente correta, pois a Câmara dos Deputados deve autorizar a instauração do processo e, após o julgamento pelo Senado, decidir a respeito da perda da função.

49

Álvaro, Deputado Federal, solicitou à sua assessoria jurídica um parecer a respeito da aplicabilidade do disposto no art. 5º, XIII, da Constituição Federal de 1988, que assegura, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, o livre “exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer”.

De acordo com sua assessoria, esse tipo de comando, que dispõe sobre a possibilidade de o seu alcance ser restringido pela legislação infraconstitucional, é considerado uma norma:

- (A) de eficácia plena;
- (B) programática;
- (C) de eficácia limitada, de princípio institucional;
- (D) de eficácia variável;
- (E) de eficácia contida.

50

Osmar estava em sua residência e foi informado de que deveria permitir a entrada de um policial que estava portando um mandado judicial de busca e apreensão, a ser cumprido justamente em sua residência.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o ingresso na residência de Osmar, sem o seu consentimento, para o cumprimento do referido mandado:

- (A) poderia ocorrer em qualquer dia ou horário;
- (B) deveria ocorrer em certo horário, que deve ser indicado pela autoridade judicial;
- (C) deveria ocorrer à noite, se autorizado pela autoridade judicial;
- (D) não poderia ser realizado à noite, ainda que Osmar seja muito perigoso;
- (E) não poderia ocorrer no final de semana.

Noções de Direito Administrativo

51

José, Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, ocupante do cargo em comissão de supervisor do departamento de recursos humanos do Tribunal, praticou ato administrativo que era de competência do diretor daquele departamento.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a Lei nº 9.784/99, o ato praticado por José:

- (A) deve ser anulado pela autoridade competente, eis que vícios de competência são insanáveis, com efeitos *ex tunc*, pelo princípio da segurança jurídica e para evitar prejuízos a terceiros;
- (B) deve ser anulado pela autoridade competente, pois se trata de ato vinculado em razão do vício de competência, que não admite retificação, devendo atender ao princípio da legalidade e observar o interesse público;
- (C) deve ser anulado pela autoridade competente, pois se trata de matéria de ordem pública, regida por normas cogentes que não admitem a retificação do ato por parte do agente que deveria originalmente tê-lo praticado;
- (D) pode ser convalidado pela autoridade competente, por meio da ratificação do ato, caso entenda conveniente e oportuno, desde que sanável o vício e não haja prejuízos a terceiros, bem como seja atendido o interesse público;
- (E) pode ser convalidado pela autoridade competente, por meio da prática de novo ato que substitua o anterior, com efeitos *ex nunc*, sendo tal aproveitamento um ato vinculado, cuja prática é obrigatória pelo agente superior.

52

A Resolução nº 230/2016 do CNJ orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

De acordo com o citado ato normativo:

- (A) cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, um por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e a interpretação da Libras;
- (B) ao Poder Judiciário e seus serviços auxiliares é proibido impor ao usuário com deficiência custo anormal, direto ou indireto, para o amplo acesso a serviço público oferecido;
- (C) aos órgãos do Poder Judiciário é vedada a utilização de processo eletrônico aos usuários com deficiência visual, para não inviabilizar o princípio do acesso à justiça;
- (D) as edificações públicas novas devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência as normas de acessibilidade vigentes e as já existentes podem permanecer no estado em que se encontram na data da publicação da resolução;
- (E) os serviços notariais e de registro podem criar condições diferenciadas ao cumprimento de suas funções em razão de deficiência ao solicitante, facultando reconhecer sua capacidade legal plena.

53

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina enviou ofício ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, solicitando a cessão de Rodrigo, ocupante estável do cargo efetivo de Técnico Judiciário daquele TRT, para exercer cargo em comissão na Justiça Estadual.

De acordo com as disposições legais que regem a matéria, em especial a Lei nº 8.112/90, o pleito:

- (A) não pode ser deferido, eis que o servidor está vinculado ao órgão de origem para o qual prestou concurso público, somente podendo ser afastado nas hipóteses legais, dentre as quais não se inclui o caso em tela;
- (B) não pode ser deferido, em regra, para que se atenda à Lei de Responsabilidade Fiscal e o limite de gasto com pessoal, com exceção dos casos de permuta, em que o órgão cessionário também cede um servidor para compensação;
- (C) pode ser deferido, mediante ato discricionário do Presidente do TRT, e o ônus da remuneração do agente será do órgão cessionário, isto é, Tribunal de Justiça Estadual;
- (D) pode ser deferido, mediante ato discricionário do Presidente do TRT, e o ônus da remuneração do agente será do órgão cedente de origem, isto é, Justiça do Trabalho;
- (E) deve ser deferido, eis que se trata de ato administrativo vinculado, e o ônus da remuneração do agente recairá necessariamente sobre órgão cessionário, isto é, Tribunal de Justiça Estadual.

54

O Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina pretende firmar contrato para locação, pelo período de doze meses, do imóvel vizinho, que será destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionam a sua escolha, haja vista que o imóvel será utilizado temporariamente para o depósito e guarda de bens do TRT.

No caso em tela, levando em consideração que o proprietário do imóvel pretendido está disposto a alugá-lo pelo preço de sessenta mil reais por mês, de acordo com o texto da Lei nº 8.666/93, o TRT:

- (A) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, que é dispensável, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- (B) poderá discricionariamente alugar o imóvel pretendido, sem realização de prévia licitação, por inexigibilidade do certame, pois a competição é possível mas não recomendável, caso se atenda ao valor de mercado;
- (C) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade carta-convite, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- (D) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade tomada de preços, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- (E) deverá necessariamente realizar procedimento licitatório, na modalidade concorrência, em razão do valor global da contratação, não sendo caso de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

55

Bruno, ocupante estável do cargo de Técnico Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho de Santa Catarina, pretende participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado) na Universidade de Brasília. Ocorre que, diante da carga horária do curso, não é possível que a participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, Bruno:

- (A) poderá, no interesse do próprio servidor, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, sem qualquer remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (B) poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, sem qualquer remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (C) poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício das funções de seu cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para frequentar o curso pretendido, caso preenchidos os demais requisitos legais;
- (D) não poderá afastar-se do exercício das funções, pois tal afastamento apenas seria possível se houvesse compatibilidade do horário do curso com sua jornada de trabalho ou possibilidade de compensação de horário;
- (E) não poderá afastar-se do exercício das funções, diante da ausência de norma dispondo sobre afastamento para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no país, mas pode requerer licença para tratar de interesses particulares.

56

José, servidor público federal ocupante do cargo de Técnico Judiciário do TRT, recebeu, para si, a quantia de cinco mil reais em dinheiro, a título de presente, de um reclamante em uma reclamação trabalhista, para agilizar a tramitação de seu processo no cartório judicial da Vara do Trabalho. Posteriormente, José se arrependeu e não alterou a ordem natural de processamento dos feitos de sua responsabilidade, mas não devolveu o valor recebido ao particular.

No caso em tela, de acordo com as disposições da Lei nº 8.429/92 e com a jurisprudência:

- (A) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, mas o particular não pode responder por improbidade porque não é agente público;
- (B) José não cometeu ato de improbidade administrativa, por arrependimento eficaz, já que não cumpriu o prometido ao reclamante e porque não houve prejuízo ao erário, e o particular também não pode responder por improbidade, pois não é agente público;
- (C) José cometeu crime de improbidade administrativa, por conduta dolosa, ainda que não tenha havido prejuízo ao erário, e o particular responde pelo mesmo crime, em concurso de agentes, pois é considerado agente público por equiparação legal;
- (D) José cometeu ato de improbidade administrativa, por conduta dolosa que importou seu enriquecimento ilícito, sendo o prejuízo ao erário prescindível para a configuração do ato ímprobo, e o particular também responde por improbidade porque concorreu para o ato;
- (E) José e o particular praticaram, em concurso de agentes, crime de improbidade administrativa, na modalidade culposa, porque houve dano moral ao erário que deve ser objeto de ressarcimento por parte dos agentes.

Noções de Administração Pública

57

Quando um ente da administração pública capacita seus colaboradores para que, como agentes de governança, tenham zelo pela sustentabilidade da organização, visando sua longevidade, sob a perspectiva da ordem social e ambiental, há um claro alinhamento com o princípio da:

- (A) accountability;
- (B) eficiência;
- (C) equidade;
- (D) legitimidade;
- (E) responsabilidade.

58

Entre os instrumentos de transparência fiscal previstos no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), órgãos do Poder Judiciário divulgam obrigatoriamente:

- (A) planos e diretrizes orçamentárias;
- (B) parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas;
- (C) realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão do orçamento do órgão;
- (D) Relatório de Gestão Fiscal;
- (E) Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

59

Na estruturação da política de governança em uma entidade pública, o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014) recomenda que sejam considerados quatro níveis de análise, a saber:



Um dos componentes relacionados ao mecanismo da Estratégia refere-se a:

- (A) *accountability* e transparência;
- (B) auditoria interna;
- (C) princípios e comportamentos;
- (D) relacionamento com partes interessadas;
- (E) sistema de governança.

60

As entidades da administração pública devem divulgar uma série de informações consideradas de interesse da sociedade acerca da condução das atividades públicas e outras que podem ser requisitadas individualmente por pessoas ou entidades representativas.

São requisitos para o exercício da denominada transparência passiva:

- (A) divulgação de informações voluntárias;
- (B) existência de serviço de informações ao cidadão;
- (C) existência de página eletrônica oficial do ente;
- (D) informação disponível de forma imediata;
- (E) restrição à informação de caráter pessoal.

61

Uma entidade da administração pública iniciou uma série de ações com vistas a adotar boas práticas de governança pública, entre elas criar instâncias na estrutura da entidade para implantar e disseminar as boas práticas.

De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2014), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- (A) auditoria interna;
- (B) conselhos de administração;
- (C) conselho fiscal;
- (D) controladorias;
- (E) ouvidoria.

62

A legislação brasileira sobre transparência no setor público apresentou consideráveis avanços desde a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), culminando com a Lei de Acesso à Informação (LAI).

Entre as disposições da LAI para afeição das práticas de transparência está o(a):

- (A) definição de sigilo como exceção às regras de transparência;
- (B) exigência de divulgação de informações sobre a execução orçamentária em tempo real;
- (C) estabelecimento de prazo máximo de dez dias úteis para fornecimento de informações requeridas;
- (D) fixação de modelos de layout para portais eletrônicos dos órgãos públicos;
- (E) obrigatoriedade de realização e divulgação de audiências públicas.

Noções de Administração

63

A XYZ é uma empresa do ramo editorial que atua no mercado há cerca de dez anos. A empresa construiu uma sólida posição no mercado e atrai investimentos e reinvestimentos de acionistas diversos, cuja expectativa é obter excelente retorno sobre o capital investido. Devido a seu porte médio, a XYZ constitui uma única Unidade Estratégica de Negócio (UEN). A empresa está implantando o *balanced scorecard* como ferramenta de gestão, e o diretor financeiro precisa identificar uma medida adequada para o tema estratégico “redução de custos/melhoria da produtividade”.

Na situação descrita, seria uma medida adequada:

- (A) receita por funcionário;
- (B) taxa de redução de custos;
- (C) percentual de receita gerado por novos produtos;
- (D) retorno sobre o patrimônio líquido;
- (E) aumento da taxa de vendas por segmento.

64

Em uma reunião para definição de metas de desempenho individual para 2018, um funcionário declarou ao chefe: “Quero mostrar que dou conta de atribuições complexas; gosto de metas desafiadoras e quero ser o melhor membro da equipe”.

De acordo com as teorias de motivação, o funcionário apresenta, como necessidade predominante:

- (A) afiliação;
- (B) poder;
- (C) controle;
- (D) realização;
- (E) reforço.

65

Um engenheiro que ocupa um cargo de gerente de projetos ambientais em uma empresa de grande porte completou seu tempo para aposentadoria. Quando indagado pelos membros da equipe se iria se aposentar, o gerente respondeu: “Gostaria de me aposentar, mas não penso nisso agora, porque não poderia deixar a empresa em um momento em que tenho projetos complexos e fundamentais para o sucesso do negócio sob minha responsabilidade”.

O comprometimento do gerente com a organização é do tipo:

- (A) de engajamento;
- (B) afetivo;
- (C) instrumental;
- (D) normativo;
- (E) de liderança.

66

A gerente de recursos humanos de uma fábrica de médio porte quer implantar um método de avaliação de desempenho para o pessoal da área operacional (“chão de fábrica”). A gerente quer um método que seja de fácil utilização, permita comparar os resultados dos funcionários e possibilite fácil retroação de dados aos avaliados.

Tendo isso em vista, um método adequado seria:

- (A) escolha forçada;
- (B) administração participativa por objetivos;
- (C) incidentes críticos;
- (D) pesquisa de campo;
- (E) escalas gráficas.

67

Uma indústria química bastante tradicional adotava departamentalização funcional, com foco no aproveitamento de economias de escala. Recentemente, a indústria passou por uma atualização da tecnologia de produção, com a compra de maquinário de última geração. A fim de explorar as vantagens econômicas da nova tecnologia do processo produtivo, uma consultoria externa foi contratada para realizar um trabalho de reengenharia e, entre outras mudanças, a indústria passou a adotar departamentalização por processo.

A departamentalização por processo tem, entre as suas desvantagens:

- (A) desperdícios e redundância de esforços, pela dificuldade de racionalização das etapas de execução do trabalho;
- (B) foco excessivo na qualidade do produto que sacrifica outros objetivos organizacionais, como a produtividade e a eficiência;
- (C) dificuldades de comunicação e coordenação, pelo isolamento dos departamentos;
- (D) custos operacionais crescentes, pela necessidade de atualização tecnológica constante;
- (E) maior risco operacional, pois uma falha em um processo pode levar a uma falha sistêmica da organização.

68

Os processos de avaliação de desempenho humano são sujeitos a distorções que podem impedir que eles atinjam a eficácia pretendida. Um dos problemas mais comuns ocorre quando a avaliação do funcionário em determinado item influencia sua avaliação nos demais – ou seja, se o avaliado recebe do avaliador “bom” em determinado item da avaliação, recebe “bom” nos demais itens.

Essa distorção é conhecida como:

- (A) efeito halo;
- (B) tendência central;
- (C) padronização de resultados;
- (D) efeito de proximidade;
- (E) pressão inflacionista.

69

Em um órgão público, as decisões são concentradas nos níveis mais altos da hierarquia. A direção do órgão gostaria de promover a descentralização das decisões como forma de incentivar a autonomia e a responsabilização dos gerentes. No entanto, a centralização das decisões apresenta vantagens em relação à descentralização, tais como:

- (A) torna o processo decisório mais ágil e flexível;
- (B) estimula a aprendizagem dos gerentes médios;
- (C) gera decisões mais consistentes com os objetivos globais da organização;
- (D) reduz os custos e o tempo de implementação das decisões;
- (E) facilita o fluxo de informações e a comunicação organizacional.

70

Um diretor de uma empresa declarou que a maior parte do seu tempo é dedicada à identificação e ao desenvolvimento de novos projetos de negócio.

O diretor desempenha, destacadamente, um papel:

- (A) decisório, de empreendedor;
- (B) informacional, de monitor;
- (C) decisório, de administrador de recursos;
- (D) interpessoal, de líder;
- (E) informacional, de disseminador.

71

Uma empresa do ramo de alimentos localizada na região Sul vem alargando e desenvolvendo os mercados em que atua.

A empresa vem construindo novas unidades produtivas em diferentes regiões do País e ampliando a rede de distribuidores de seus produtos.

Esse tipo de estratégia de nível corporativo é conhecido como:

- (A) diversificação relacionada;
- (B) expansão direta;
- (C) colheita;
- (D) diferenciação;
- (E) integração horizontal.

72

Um empresário internacional pretende criar uma filial de sua empresa no Brasil. A nova empresa precisa de recursos físicos, financeiros e também de recursos humanos. O processo de administração de recursos humanos consiste em um conjunto de atividades com a finalidade de atrair, desenvolver e manter pessoas competentes.

Em relação ao processo de administração de recursos humanos, é correto afirmar que:

- (A) desligamento é o processo de redução da força de trabalho e é feita por meio de demissão e transferência;
- (B) orientação ou socialização é o processo de tentar ajustar o indivíduo à organização;
- (C) recrutamento é a procura e escolha do indivíduo mais adequado ao cargo;
- (D) benefícios são incentivos para motivá-los a serem mais produtivos, como por exemplo: bônus e comissões;
- (E) avaliação do desempenho é o processo de avaliar os candidatos com melhor desempenho e aptidão no processo seletivo.

73

O gerente de uma empresa foi informado de que um dos melhores funcionários de sua equipe, Pedro, foi sondado com uma proposta de emprego em uma concorrente.

O gerente está considerando apresentar uma proposta de aumento salarial a Pedro para que ele permaneça na equipe. Para estruturar adequadamente a negociação, é preciso que o gerente estabeleça alguns parâmetros básicos, tais como:

- (A) as oportunidades de criação de valor e o preço máximo;
- (B) a equidade da posição e o preço de resistência;
- (C) a tática da negociação e a zona de acordo possível;
- (D) a ancoragem e a contra-ancoragem;
- (E) a melhor alternativa à negociação do acordo e o preço de reserva.

74

O Gerente de Riscos da empresa ABC está se preparando para um congresso internacional. Antes de fazer sua mala, ele fez o planejamento e a gestão dos riscos envolvidos na sua viagem.

Em relação à gestão de riscos, é correto afirmar que:

- (A) a matriz probabilidade x impacto classifica os riscos envolvidos no projeto;
- (B) a mitigação de um risco consiste em dividir os riscos com terceiros, por exemplo, uma seguradora;
- (C) o impacto do risco é a sua probabilidade de ocorrência;
- (D) as estratégias de resposta ao risco são formas de reduzir sua chance de ocorrência;
- (E) a gestão de riscos consiste na identificação do que pode dar errado.

75

No início do ano, servidores do departamento de patrimônio da organização pública XYZ passaram um final de semana em um hotel para planejarem os objetivos do ano. Ao final do ano, os servidores voltaram ao hotel para verificar se os objetivos foram cumpridos.

Tão importante quanto planejar é comparar os resultados obtidos com o que foi planejado, e essa função administrativa de monitoração é denominada:

- (A) avaliação estratégica;
- (B) análise de eficácia;
- (C) controle;
- (D) análise de eficiência;
- (E) avaliação de desempenho.

76

Difícilmente o novo empregado ingressa na organização com todas as competências necessárias. E com o decorrer do tempo, novas competências podem ser importantes. Enquanto o treinamento está mais focalizado na capacitação de curto prazo, o desenvolvimento é mais orientado para ampliar as habilidades dos indivíduos no médio ou longo prazo. Após o levantamento de necessidades de treinamento, geralmente é elaborado um programa e, após sua implementação, o treinamento é avaliado.

Em relação à avaliação de treinamento, é correto afirmar que:

- (A) a avaliação de reação é a forma de avaliação mais complexa e com maior impacto na organização;
- (B) a avaliação de aprendizagem mensura quanto a organização aprendeu com o treinamento;
- (C) a avaliação de aprendizagem verifica se a organização teve eficácia no treinamento;
- (D) a avaliação de reação mensura a satisfação dos participantes quanto à experiência do treinamento;
- (E) para saber se o treinamento atingiu seu objetivo, é feita a avaliação por escalas gráficas.

77

O desembargador de um grande órgão público contratou um gestor de projetos para planejar e implantar um novo sistema de informação para melhor gerenciamento dos processos internos.

Em relação à gestão de projetos, é correto afirmar que:

- (A) um sistema é um conjunto de projetos;
- (B) um projeto é um conjunto de atividades repetitivas;
- (C) projetos são atividades temporárias, contínuas e únicas;
- (D) projetos podem ser meios de se implantarem estratégias;
- (E) seu objetivo é planejar mudanças.

78

Determinado cartório passou por uma profunda reestruturação organizacional e alguns níveis hierárquicos intermediários foram eliminados.

Uma das características das organizações achatadas é que:

- (A) os níveis de automação e de informação são altos;
- (B) os empregados de níveis mais baixos sentem-se mais distantes da cúpula;
- (C) os salários são maiores, visto que possuem menos empregados;
- (D) existem mais oportunidades para progressão na carreira;
- (E) as decisões são tomadas mais prontamente, o que permite maior rapidez em responder aos clientes.

79

Nem todos os administradores são líderes e nem todos os líderes são administradores. Liderança e administração são dois termos próximos, mas que costumam ser confundidos.

A liderança é melhor definida da seguinte forma:

- (A) ordem, consistência e direção por meio de planejamento;
- (B) capacidade de influenciar pessoas para atingir metas;
- (C) cargo de direção em uma organização;
- (D) referência técnica ou autoridade no assunto;
- (E) capacidade de agradar os funcionários e manter um bom clima organizacional.

80

Uma agência do governo designou uma equipe de analistas para se reunirem algumas horas por semana para discutirem formas de melhorar a qualidade, a eficiência, os processos e os métodos de trabalho.

O tipo de equipe mais adequado para esse contexto é a:

- (A) de resolução de problemas;
- (B) autogerenciada;
- (C) virtual;
- (D) multifuncional;
- (E) processual.

Redação

São bastante conhecidos os sete pecados capitais tradicionais, mas, em função das mudanças ocorridas na sociedade atual, o Vaticano criou, em março de 2008, um conjunto de novos pecados adaptados à era da globalização.

- Experimentos “moralmente dúbios” com células-tronco: a Igreja Católica defende a ideia de que a vida começa no momento da formação do embrião. Portanto, condena qualquer tipo de pesquisa científica com embriões humanos e células-tronco embrionárias.

- Uso de drogas: as drogas causam dependência física e psicológica nos usuários e prejudicam o funcionamento harmonioso da família. É uma atitude contra a vida humana.

- Poluição do meio ambiente: a poluição do ar, água e solo trazem prejuízos sérios ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

- Agravamento da injustiça social: o capitalismo criou, em muitos países, uma má distribuição de renda, deixando à margem da sociedade grande parcela da população (os excluídos sociais).

- Riqueza excessiva: o capitalismo favoreceu a concentração de renda, muitas vezes, de forma excessiva. Algumas pessoas concentram bilhões de dólares, enquanto outros, não têm sequer o que comer.

- Geração de pobreza: a pobreza e a miséria estão espalhadas pelo mundo. Cometem esse pecado aqueles que contribuem para a geração dessas condições sociais.

- Violações bioéticas como, por exemplo, controle de natalidade: é considerada violação bioética toda atitude que pretende evitar a geração de vida de forma natural (uso de contraceptivos, cirurgias, aborto, inseminação artificial).

Qual desses “novos pecados capitais” lhe parece mais danoso ao ser humano?

Faça um texto dissertativo-argumentativo com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas, redigido em linguagem culta, defendendo sua posição de modo claro e convincente.

Realização

